

Demonstrações Financeiras

Broto Legal Alimentos S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Contas Anuais 2016

Índice

1. Balanço Geral

2. Demonstração do Resultado do Exercício

3. Demonstração do Resultado do Exercício - Detalhada

4. Demonstração do Fluxo de Caixa

5. Demonstração do Valor Adicionado

6. Notas Explicativas

7. Relatório do Auditor Independente

8. Relatório de Gestão

9. Relatório de Sustentabilidade

10. Relatório de Governança

11. Relatório de Informações Sociais

12. Relatório de Informações Econômicas

13. Relatório de Informações Ambientais

14. Relatório de Informações Sociais

15. Relatório de Informações Econômicas

16. Relatório de Informações Ambientais

17. Relatório de Informações Sociais

18. Relatório de Informações Econômicas

19. Relatório de Informações Ambientais

20. Relatório de Informações Sociais

21. Relatório de Informações Econômicas

22. Relatório de Informações Ambientais

23. Relatório de Informações Sociais

24. Relatório de Informações Econômicas

25. Relatório de Informações Ambientais

26. Relatório de Informações Sociais

27. Relatório de Informações Econômicas

28. Relatório de Informações Ambientais

29. Relatório de Informações Sociais

30. Relatório de Informações Econômicas

31. Relatório de Informações Ambientais

32. Relatório de Informações Sociais

33. Relatório de Informações Econômicas

34. Relatório de Informações Ambientais

35. Relatório de Informações Sociais

36. Relatório de Informações Econômicas

37. Relatório de Informações Ambientais

38. Relatório de Informações Sociais

39. Relatório de Informações Econômicas

40. Relatório de Informações Ambientais

41. Relatório de Informações Sociais

42. Relatório de Informações Econômicas

43. Relatório de Informações Ambientais

44. Relatório de Informações Sociais

45. Relatório de Informações Econômicas

46. Relatório de Informações Ambientais

47. Relatório de Informações Sociais

48. Relatório de Informações Econômicas

49. Relatório de Informações Ambientais

50. Relatório de Informações Sociais

51. Relatório de Informações Econômicas

52. Relatório de Informações Ambientais

53. Relatório de Informações Sociais

54. Relatório de Informações Econômicas

55. Relatório de Informações Ambientais

56. Relatório de Informações Sociais

57. Relatório de Informações Econômicas

58. Relatório de Informações Ambientais

59. Relatório de Informações Sociais

60. Relatório de Informações Econômicas

61. Relatório de Informações Ambientais

62. Relatório de Informações Sociais

63. Relatório de Informações Econômicas

64. Relatório de Informações Ambientais

65. Relatório de Informações Sociais

66. Relatório de Informações Econômicas

67. Relatório de Informações Ambientais

68. Relatório de Informações Sociais

69. Relatório de Informações Econômicas

70. Relatório de Informações Ambientais

71. Relatório de Informações Sociais

72. Relatório de Informações Econômicas

73. Relatório de Informações Ambientais

74. Relatório de Informações Sociais

75. Relatório de Informações Econômicas

76. Relatório de Informações Ambientais

77. Relatório de Informações Sociais

78. Relatório de Informações Econômicas

79. Relatório de Informações Ambientais

80. Relatório de Informações Sociais

81. Relatório de Informações Econômicas

82. Relatório de Informações Ambientais

83. Relatório de Informações Sociais

84. Relatório de Informações Econômicas

85. Relatório de Informações Ambientais

86. Relatório de Informações Sociais

87. Relatório de Informações Econômicas

88. Relatório de Informações Ambientais

89. Relatório de Informações Sociais

90. Relatório de Informações Econômicas

91. Relatório de Informações Ambientais

92. Relatório de Informações Sociais

93. Relatório de Informações Econômicas

94. Relatório de Informações Ambientais

95. Relatório de Informações Sociais

96. Relatório de Informações Econômicas

97. Relatório de Informações Ambientais

98. Relatório de Informações Sociais

99. Relatório de Informações Econômicas

100. Relatório de Informações Ambientais



Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração de resultado	6
Demonstração de resultado abrangente	7
Demonstração de mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Edifício Trade Tower
Av. José de Souza Campos, 900
1º e 3º andares - Nova Campinas
13092-123 - Campinas - SP - Brasil
Tel: +55 19 3322-0500
Fax: +55 19 3322-0559
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Broto Legal Alimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Broto Legal Alimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Broto Legal Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras-- Continuação

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



João Henrique Schenk
Contador CRC 1SP202127/O-8

Broto Legal Alimentos S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	20.402	6.069
Contas a receber	4	44.019	48.722
Estoques	5	29.333	35.618
Impostos a recuperar		8.869	5.902
Outras créditos		332	137
		<u>102.955</u>	<u>96.448</u>
Não circulante			
Impostos diferidos	11	609	1.142
Depósitos judiciais	9	11.013	8.403
Imobilizado	6	15.728	15.693
Intangível		89	126
		<u>27.439</u>	<u>25.364</u>
Total do ativo		<u>130.394</u>	<u>121.812</u>

	Nota	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	28.686	15.999
Fornecedores		5.478	14.123
Obrigações sociais e trabalhistas		1.750	1.514
Impostos a recolher		3.028	1.064
Impostos parcelados		-	1.348
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	-	6.379
Partes relacionadas	7	-	4.876
Provisões diversas		566	1.552
Outras obrigações		2.873	410
		42.381	47.265
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	1.689	2.672
Impostos parcelados		-	112
Provisão para contingências	9	129	7
Outras obrigações		-	646
		1.818	3.437
Patrimônio líquido	10		
Capital social		50.000	50.000
Reserva legal		3.717	1.935
Reserva de lucros		32.478	19.175
		86.195	71.110
Total do passivo e patrimônio líquido		130.394	121.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração de resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015 (Reapresentado)
Receita líquida	12	427.444	272.518
Custo dos produtos vendidos	13	(325.910)	(206.054)
Lucro bruto		101.534	66.464
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas de vendas	13	(36.884)	(28.781)
Despesas administrativas e gerais	13	(12.423)	(11.521)
Outras receitas operacionais, líquidas		1.687	382
		(47.620)	(39.920)
Lucro antes do resultado financeiro		53.914	26.544
Resultado financeiro	14		
Despesas financeiras		(3.816)	(1.465)
Receitas financeiras		2.560	1.746
		(1.256)	281
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		52.658	26.825
Corrente	11	(16.490)	(8.557)
Diferido	11	(533)	1.142
Lucro líquido do exercício		35.635	19.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração de resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	<u>35.635</u>	<u>19.410</u>
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	<u>35.635</u>	<u>19.410</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		50.000	1.144	11.005	-	62.149
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.410	19.410
Destinações:						
Constituição de reserva legal	10	-	791	-	(791)	-
Distribuição de dividendos	10	-	-	-	(6.849)	(6.849)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	10	-	-	-	(3.600)	(3.600)
Constituição de reserva de lucros	10	-	-	8.170	(8.170)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		50.000	1.935	19.175	-	71.110
Lucro líquido do exercício		-	-	-	35.635	35.635
Destinações:						
Constituição de reserva legal	10	-	1.782	-	(1.782)	-
Distribuição de dividendos	10	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Distribuição de juros sobre o capital próprio	10	-	-	-	(3.550)	(3.550)
Constituição de reserva de lucros	10	-	-	13.303	(13.303)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		50.000	3.717	32.478	-	86.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	35.635	19.410
<i>Ajustes:</i>		
Depreciação e amortização	2.183	2.152
Provisões	(2.214)	1.012
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	1.541	303
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.474	806
	39.619	23.683
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	5.408	(19.332)
Estoques	6.285	(16.046)
Impostos a recuperar	(2.967)	776
Depósito judicial	(2.610)	(2.249)
Fornecedores e outras obrigações	(8.757)	10.358
Obrigações sociais e trabalhistas	236	(198)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	3.078	(2.205)
Variação nos outros ativos e passivos	3.529	12.740
Caixa e equivalentes de caixa provenientes das atividades operacionais	43.821	7.527
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.723)	(4.285)
Empréstimo concedido a parte relacionada	(9.570)	-
Caixa e equivalentes de caixa aplicados nas atividades de investimentos	(13.293)	(4.285)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(3.550)	(3.600)
Pagamento de dividendos	(17.000)	(6.849)
Captação empréstimos e financiamentos	72.527	32.421
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(68.172)	(20.052)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas (aplicados nas) atividades de financiamentos	(16.195)	1.920
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.333	5.162
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.069	907
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	20.402	6.069
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	14.333	5.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Broto Legal Alimentos S.A. (“Broto Legal” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede localizada na Rua Pedro Stancato, 488 - Campo dos Amarais, Campinas, estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia tem por objeto:

- i. Importação, exportação, industrialização e comércio de produtos alimentícios em geral;
- ii. Importação, exportação, e comércio de pescados e frutos do mar;
- iii. Importação, exportação e comércio de cereais e leguminosas beneficiadas;
- iv. Importação, exportação e comércio de óleos e gorduras;
- v. Importação, exportação e comércio de carnes bovinas e suínas e derivados;
- vi. Importação, exportação, indústria e comércio de produtos do arroz;
- vii. Beneficiamento de arroz; e
- viii. Participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.491/09.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelos acionistas e administradores da Companhia em 17 de março de 2017.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são:

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício.

2.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, quando houver efeito relevante, levando em consideração a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes, para refletir as melhores estimativas do valor do dinheiro no tempo. Subsequentemente, estes juros são realocados no resultado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) empréstimos e recebíveis. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Estes ativos são contabilizados pelo valor justo e os custos da transação são debitados ao resultado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e outros créditos. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício se há alguma evidência objetiva de que o ativo financeiro não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações, que são classificados como Empréstimos e Financiamentos. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5. Reapresentação dos valores comparativos

Para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, a administração procedeu as seguintes reclassificações nas demonstrações de resultado:

	2015	Reclassificações	2015
	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receita líquida	272.518	-	272.518
Custo dos produtos vendidos	(195.988)	(10.066)	(206.054)
Lucro bruto	76.530	(10.066)	66.464
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas de vendas	(25.122)	(3.659)	(28.781)
Despesas administrativas e gerais	(24.654)	13.133	(11.521)
Outras receitas operacionais, líquidas	(114)	496	382
	(49.890)	9.970	(39.920)
Lucro antes do resultado financeiro	26.640	(96)	26.544
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	(2.703)	1.238	(1.465)
Receitas financeiras	2.888	(1.142)	1.746
	185	96	281
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	26.825	-	26.825
Corrente	(8.557)	-	(8.557)
Diferido	1.142	-	1.142
Lucro líquido do exercício	19.410	-	19.410

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.6. Novas normas e interpretações não adotadas

Determinadas normas, alterações de normas e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC e se aplicam pela primeira vez em 2016, porém não são aplicáveis às operações da Companhia e não produziram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente novos pronunciamentos e interpretações foram emitidos pelo CPC, mas que não estavam em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia efetuou a análise dessas normas e concluiu que elas não trarão impactos às suas demonstrações financeiras.

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo:

- CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Tem o objetivo, em última instância, de substituir a CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento das CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos da CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.
- CPC 47 - Receita de contratos com clientes: A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.
- CPC 06 - Leasing: Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações financeiras.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	45	47
Aplicações	20.357	6.022
	<u>20.402</u>	<u>6.069</u>

As aplicações financeiras correspondem a investimentos temporários indexados à variação do CDI. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 100% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento sem qualquer ônus para a Companhia.

4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a receber	49.586	55.841
Descontos concedidos	(4.472)	(5.319)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.095)	(1.800)
	<u>44.019</u>	<u>48.722</u>

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	42.751	51.195
Vencidos:		
Entre 1 a 30 dias	5.067	1.431
Entre 31 a 90 dias	420	1.221
Entre 91 a 365 dias	489	732
Há mais de 365 dias	859	1.262
	<u>49.586</u>	<u>55.841</u>

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015(Em milhares de reais)

4. Contas a receber--Continuação

A Administração constitui, quando necessário, provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para fazer jus as prováveis perdas na realização do saldo de contas a receber.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2014	(954)
Movimento da provisão, líquido	<u>(846)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(1.800)
Movimento da provisão, líquido	<u>705</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>(1.095)</u>

5. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido. As provisões para perdas nos estoques são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Mercadoria para revenda	914	1.408
Matéria prima	13.076	17.060
Produto acabado	8.728	4.287
Estoque embalagens	1.322	1.468
Estoque em trânsito	245	4.075
Adiantamentos a fornecedores	4.499	6.600
Outros	549	720
	<u>29.333</u>	<u>35.618</u>

6. Imobilizado

É apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do imobilizado e intangível são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamento de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Em 31 de dezembro de 2014	406	1.564	13.469	329	146	1.231	17.145
Adições	-	6	507	275	26	150	964
Baixas, líquida	-	-	(49)	(6)	-	(248)	(303)
Depreciações	-	(105)	(1.493)	(117)	(21)	(377)	(2.113)
Em 31 de dezembro de 2015	406	1.465	12.434	481	151	756	15.693
Adições	-	792	2.716	123	48	40	3.719
Baixas, líquida	-	-	(1.513)	(26)	(3)	1	(1.541)
Depreciações	-	(105)	(1.524)	(157)	(22)	(335)	(2.143)
Em 31 de dezembro de 2016	406	2.152	12.113	421	174	462	15.728
Taxa média de depreciação anual %	-	4%	10%	20%	20%	20%	

7. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas estão assim compostos:

	2016	2015
Passivo circulante		
Fazenda Santana - Fornecedor	-	16
Fazenda Santana II (a)	-	4.876
Resultado		
Compras de produtos	-	(4.548)
Remuneração dos administradores	-	(945)
Despesa financeira com mútuo	-	(218)
	-	(5.711)

(a) Refere-se a contratos de mútuo sem incidência de juros e/ou atualização monetária e sem prazos de vencimento.

Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia referem-se a benefícios de curto prazo, os quais incluem remuneração fixa (salários, férias, 13º salário), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos resultados.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

8. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição	Taxa de juros a.a.	Captação	Vencimentos	2016	2015
Crédito Rural	Brasil, Caixa, Citibank	11,25%	31/08/2016	20/06/2017	27.694	14.909
FINAME	Citibank, Brasil e Itau	1,7% a 6%	21/12/2009	15/11/2023	2.681	3.762
					30.375	18.671
Circulante					(28.686)	(15.999)
Não circulante					1.689	2.672

Cláusulas restritivas (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a cláusulas restritivas (*covenants*) financeiras.

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por estoque de produtos e fianças com aval pessoal dos sócios gestores, a qual foi exigida pelos Agentes Financeiros intermediadores da operação.

9. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia registrou provisão para contingências no montante de R\$129 (R\$7 em 2015).

Depósitos judiciais

	2016	2015
Trabalhistas	889	870
Cíveis	300	185
Tributárias	85	85
Funrural	9.739	7.263
	11.013	8.403

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015(Em milhares de reais)

9. Provisão para contingências e depósitos judiciais--Continuação

O FUNRURAL é uma contribuição que substitui a cota patronal do encargo previdenciário, acrescido do percentual dos Riscos Ambientais do Trabalho - RAT, sendo para o segurado especial o custeio de sua previdência para aposentadoria e outros benefícios junto a Previdência Social. A alíquota do FUNRURAL é de 2,1%, sendo 2,0% para o INSS e 0,1% para o RAT, além da contribuição ao SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, criada pela Lei 8.315/91, que apesar de não fazer parte do FUNRURAL, pois tem natureza jurídica diferente, ainda que seja sobre o valor da comercialização da produção, é recolhida na mesma GPS - Guia da Previdência Social. A cobrança da contribuição ao FUNRURAL se dá pelo regime de substituição tributária, sendo retido o percentual a pagar ao produtor rural e repassada ao Fisco pelos adquirentes da produção.

A exigibilidade da contribuição ao FUNRURAL foi questionada em juízo, dentre outros motivos, porque que o produtor rural pessoa física com empregados era onerado desproporcionalmente com o referido regime de contribuição, diferentemente do produtor sem empregados que possui regime previsto no artigo 195, §8º, da Constituição Federal, assim como os produtores pessoa jurídica com regime previdenciário distinto, em contrariedade aos princípios erigidos pela Constituição Federal de 1988, especialmente o da isonomia, que buscam preservar a identidade de benefícios, serviços prestados e unicidade de incidências, que somente podem ser excepcionadas pela própria Carta Maior.

Por meio do Recurso Extraordinário nº 363.852, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a exigência da contribuição ao FUNRURAL para pessoas físicas, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 8.540/92, que alterou a Lei nº 8.212/91.

O STF decidiu pela inconstitucionalidade da cobrança para as pessoas físicas com empregados, por entender que a contribuição previdenciária do FUNRURAL foi instituída por uma lei ordinária e não por uma lei complementar, como deveria ter ocorrido, e que o contribuinte estava compelido a recolher duas contribuições com a mesma destinação.

A decisão do STF desobrigou os recorrentes da retenção e do recolhimento da contribuição previdenciária ou do seu recolhimento por sub-rogação sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural de empregadores, pessoas físicas, fornecedores de bovinos para abate. Declarou-se a inconstitucionalidade do artigo 1º da Lei nº 8.540/92, até que legislação nova, arriada na Emenda Constitucional nº 20/98, institua a contribuição de forma adequada.

A Companhia efetua os depósitos judiciais para os fornecedores que não possuem liminar, para os que possuem liminar a Companhia não efetua os depósitos respaldada pela explicação supracitada.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015(Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado está representado por 50.000.000 ações com valor nominal de R\$1,00 cada, assim distribuídas:

	<u>Quantidade</u>	<u>R\$</u>
Fundo de investimento em participações Impera	50.000.000	50.000

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos

O estatuto social prevê que do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para Imposto de renda e Contribuição social.

Do resultado remanescente será deduzida a participação dos administradores, desde que seu total não ultrapasse nem a remuneração anual dos administradores nem a décima parte do lucro líquido apurado, prevalecendo o limite que for menor.

O lucro líquido verificado, após efetuados as deduções previstas no parágrafo anterior, terá a seguinte destinação: a) 5% para Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; b) 25%, no mínimo, para o pagamento dos dividendos dos acionistas; c) o saldo terá o destino que, por proposta do Conselho da Administração, for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com as disposições estatutárias é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido de cada exercício ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

10. Patrimônio líquido--Continuação

A remuneração aos acionistas foi apurada da seguinte forma:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	(35.635)	(19.410)
Reserva legal (5% do lucro do exercício)	1.782	791
Base de cálculo dos dividendos	33.853	18.619
Distribuição aos acionistas:		
Dividendos, pagos parcialmente durante o exercício	17.000	6.849
Juros sobre o capital próprio, líquidos do imposto de renda, pagos	3.550	3.600
Dividendos do lucro do ano	20.550	10.449
Percentual em relação à base de cálculo	61%	56%

A conciliação dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar está demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.713
Distribuição de dividendos	6.849
Distribuição de juros sobre o capital próprio	3.600
Pagamentos	(6.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6.379
Distribuição de dividendos	17.000
Distribuição de juros sobre o capital próprio	3.550
Pagamentos	(26.929)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Correntes--Continuação

A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	52.658	26.825
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(17.904)	(9.120)
Outras adições/exclusões, líquida	881	1.705
Despesas com imposto de renda e contribuição social	17.023	7.415
Impostos de renda e contribuição social - correntes	(16.490)	(8.557)
Impostos de renda e contribuição social - correntes	(533)	1.142
Taxa efetiva	32%	28%

b) Diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Diferidos—Continuação

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição social diferidos, para refletir os efeitos fiscais futuros sobre as diferenças temporárias existentes entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, calculados à alíquota fiscal combinada de 34%, conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	372	612
Provisões para campanha de vendas	-	159
Provisões para contingências	129	7
Provisões diversas	108	364
	<u>609</u>	<u>1.142</u>

Baseada em seu histórico de realização de diferenças permanentes, a Companhia estima gerar lucro tributável superior ao saldo de impostos diferidos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Receita líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Vendas	485.642	317.127
Revendas	13.384	11.705
Descontos e devoluções	(41.484)	(34.469)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(30.098)	(21.845)
	<u>427.444</u>	<u>272.518</u>

13. Gastos por natureza

	2016	2015
Custo incorridos com materiais e produtos	(310.241)	(194.396)
Salários e benefícios	(18.555)	(16.535)
Fretes e carretos	(13.403)	(9.913)
Comunicação	(11.022)	(6.438)
Comissões de vendas	(4.884)	(3.190)
Viagens e veículos	(3.015)	(1.720)
Energia elétrica	(2.746)	(2.656)
Serviços profissionais	(2.424)	(1.927)
Depreciação e amortização	(2.183)	(2.113)
Manutenção de máquinas	(1.740)	(1.589)
Comissões sobre compras	(1.733)	-
Aluguéis	(1.128)	(1.482)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(260)	(846)
Manutenções e materiais	(51)	(32)
INSS, IPTU e IPVA	(31)	(29)
Crédito presumido de PIS e COFINS	2.143	-
Outros	(3.944)	(3.490)
	<u>(375.217)</u>	<u>(246.356)</u>
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	(325.910)	(206.054)
Despesas com vendas	(36.884)	(28.781)
Despesas administrativas e gerais	(12.423)	(11.521)
	<u>(375.217)</u>	<u>(246.356)</u>

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

14. Resultado financeiro

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros	(2.614)	(887)
Multas	(496)	(96)
Variação cambial	(153)	(4)
Despesas bancárias	(187)	(100)
IOF	(366)	(124)
Descontos concedidos	-	(254)
	(3.816)	(1.465)
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	571	1.326
Juros recebidos	48	46
Variação cambial ativa	1.191	344
Rendimentos de aplicações financeiras	750	2
Outros	-	28
	2.560	1.746
Resultado financeiro líquido	(1.256)	281

15. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não tem como prática realizar operações com derivativos financeiros.

b) Gerenciamento de risco

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Broto Legal Alimentos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015(Em milhares de reais)

15. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

Risco de taxa de câmbio

O resultado da Companhia está suscetível a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre o saldo da conta "Partes Relacionadas" atrelado a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

A administração da Companhia acredita que a paridade entre o real e o dólar norte-americano não sofrerá volatilidade adicional significativa; conseqüentemente, não contratou nenhum instrumento financeiro para proteger a exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

16. Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para os estoques, por valores considerados pela Administração suficientes para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.